



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

Publicado no jornal O Clarim edição nº 128 de 14.08.98  
**LEI Nº 1567, DE 04 DE AGOSTO DE 1998**

Republicado no jornal O Clarim edição nº 129 de 21.08.98

Estabelece as Diretrizes para o Orçamento Fiscal do  
Município de IBIÁ para o Exercício de 1999.

A Câmara Municipal de Ibiá, Estado de Minas Gerais, aprovou, e  
eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal de Ibiá e nas normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as diretrizes para a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 1999, compreendendo:

- I - As prioridades e as metas da administração municipal;
- II - A organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - As diretrizes para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - As disposições sobre alterações da legislação tributária;
- V - Disposições finais.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Municipal:

I - Quanto a Educação:

- a) construir, reformar e ampliar escolas como uma das formas de universalizar o acesso ao ensino fundamental para todas as crianças e jovens garantindo-lhes oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento e contribuindo para a formação da cidadania;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

- b) promover e incentivar a Educação, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;
- c) atender às determinações legais dos Governos Federal e Estadual, com relação as obrigações municipais no que se refere ao ensino fundamental;
- d) expandir gradativamente a educação infantil, direta ou indiretamente em creches e pré-escola, potencializando o desenvolvimento dos alunos para o ensino fundamental, especialmente nas áreas de concentração de pobreza;
- e) integrar as ações voltadas para a infância, evitando duplicação de gastos e fragmentação de atividades;
- f) promover a valorização dos profissionais da educação e garantir-lhes direito a formação no trabalho;
- g) promover e desenvolver diretamente, ou em parceria com entidades especializadas programas educativos que possam proporcionar a integração social das pessoas portadoras de deficiência;

## **II – Quanto a Saúde:**

- a) estruturar os diversos níveis de assistência à saúde, estabelecendo mecanismo de referência e contra-referência, buscando a articulação e a integração das instituições envolvidas, especialmente dos Municípios vinculados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Terras Altas - CISTAL;
  - b) garantir, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, responsável pela implantação dos pressupostos do Sistema Único de Saúde – SUS – no Município, o acesso igualitário e gratuito de toda a população do Município aos serviços de qualidade e com capacidade resolutiva nos níveis compatíveis com a capacidade instalada e com o porte do Município;
  - c) priorizar o atendimento à saúde das crianças, adolescente, gestantes, portadores de doenças crônicas degenerativas e idosos, por meio do SUS, assegurando o acesso universal e equitativo às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- Hwv



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

- d) propiciar a conclusão e ampliação de projetos que envolvam construção e aquisição de equipamentos que visem garantir pleno atendimento à população, buscando parcerias com outros níveis de governo para obtenção de recursos;
- e) avaliar o impacto das ações de saúde propostas, em especial dos indicadores epidemiológicos clássicos como a mortalidade infantil, mortalidade materna e cobertura das ações preventivas como vacinação e exames preventivos

### **III – Quanto ao Desenvolvimento Econômico:**

- a) desenvolver ações que induzam o crescimento acelerado do setor agrícola local, principal sustentáculo da economia ibiaense.
- b) estimular novos investimentos no município, especialmente naqueles seguimentos com maior capacidade de geração de emprego.
- c) Fomentar o desenvolvimento de novos setores econômicos emergentes;
- d) estimular o crescimento da oferta de novos postos de trabalho no Município, desde que sejam compatíveis com a realidade urbana e com a preservação da qualidade de vida da população;
- e) desenvolver ações de fomento ao desenvolvimento do comércio local.
- f) estimular a modernização dos setores econômicos tradicionais com o intuito de melhorar sua competitividade;

### **IV – Quanto a habitação:**

- a) implantar novos assentamentos de interesse social, mediante a produção de lotes urbanizados, ou de conjuntos habitacionais, utilizando preferencialmente, pequenas áreas inseridas na malha urbana, dotada de infra-estrutura básica e de equipamentos comunitários;
- b) promover a urbanização, regularização e complementação de infra-estrutura urbana de loteamentos populares;
- c) promover parcerias que visem a redução do déficit habitacional do município, favorecendo a população de nível de renda mais baixo.

### **V – Quanto a Cultura:**

- a) resgatar e proteger o patrimônio cultural do Município;

*[Handwritten signature]*

- b) manter e conservar os equipamentos culturais a disposição da comunidade ibiaense;
- c) incentivar a produção cultural do Município, com vistas a viabilizar a instalação de instrumentos culturais estáveis;
- d) promover eventos esportivos e culturais;

## **VI – Quanto ao desenvolvimento social**

- a) prestar assistência social a quem dela necessitar. Objetivando o apoio à família, à infância, à adolescência, à terceira idade e à pessoa portadora de deficiência;
- b) desenvolver políticas direcionadas à pobreza que garantam aos grupos populares meios, capacidade produtiva e gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência e organização social, inclusive por meio de projetos de geração de trabalho e de renda, garantindo, nos termos da legislação pertinente, a concessão de benefícios eventuais;

## **VII – Quanto ao sistema de transporte:**

- melhoria, adequação e ampliação das vias existentes, especialmente na zona rural;
- assegurar quando da implantação das novas vias ou da ampliação das existentes:
  - a) o tratamento compatível com a ocupação lindeira, evitando a segregação urbana;
  - b) a boa articulação com o restante do sistema;
  - c) a pavimentação e o tratamento compatível com a hierarquia da via;
  - d) melhoria e adequação do Aeroporto Municipal.

## **VIII – Quanto ao Meio Ambiente, Saneamento e Limpeza Urbana**

- a) assegurar o acesso universal da população às ações e serviços adequados de saneamento, em associação a programas de educação sanitária e em consonância com as normas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública;
  - b) assegurar a adequada prestação dos diversos serviços de limpeza urbana;
  - c) promover a construção e manutenção de usina de beneficiamento de lixo;
- Handwritten signature*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

- d) promover a manutenção, ampliação e melhoramento dos serviços que garantem o saneamento básico do Município;
- e) promover a manutenção, ampliação e melhoramento dos serviços de abastecimento de água do Município;
- f) promover a construção de usinas de tratamento do esgoto sanitário.
- g) promover a manutenção e a recuperação da cobertura vegetal;
- h) controlar a supressão, poda ou transplante da vegetação situada no município restringindo essas medidas aos casos de riscos a pessoas, dano ao patrimônio ou necessidade de obra pública ou privada conforme a Lei;
- i) estabelecer o controle sobre as obras e atividades causadoras de impacto urbanístico;
- j) promover a educação ambiental informal e assegurar o acesso da população às informações ambientais básicas, inclusive sobre os níveis de poluição e de qualidade ambiental do Município;
- k) assegurar a manutenção e ampliação das áreas verdes, praças e jardins no perímetro urbano;

## **IX - Quanto ao Esporte e Lazer:**

- a) promover distribuição de recursos, serviços e equipamentos de maneira descentralizada, atendendo demandas regionalizadas e objetivando áreas multifuncionais, para esporte lazer e recreação;
- b) favorecer o acesso da população à prática do esporte e do lazer, desenvolvê-los como instrumento de participação, integração comunitária e sociabilização;
- c) expandir os espaços físicos destinados ao lazer, propiciando a elevação do bem estar e do padrão de vida dos ibiaenses.

## **X - Quanto ao abastecimento:**

- a) fomentar no âmbito da administração municipal, a execução de políticas de abastecimento e segurança alimentar, baseando-se conceitualmente na promoção do direito universal à alimentação suficiente e de boa qualidade;
  - b) estimular o associativismo, objetivando o aumento da oferta de alimentos e a redução dos preços;
- Hurd



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

- c) fomentar o auto abastecimento em escolas municipais e associações comunitárias com a difusão de técnicas agrícolas, visando a redução dos custos dos alimentos, à melhoria das condições nutricionais, ao estímulo ao associativismo e ao gosto pelo cultivo ecológico;
- d) desenvolver parcerias e programas assistenciais a serem implantados junto à rede municipal de ensino, centros de saúde, creches, asilos, trabalhadores e famílias que dele necessitem;
- e) estimular e fomentar a comercialização de produtos agrícolas diretamente dos produtores aos consumidores e varejistas;
- f) estimular a parceria com órgãos da administração direta e indireta do Estado, União e Instituições privadas para criação de novas áreas para armazenamento e conservação da produção agrícola do município.

## **XI – Quanto à Política Administrativa e de Recursos Humanos:**

- a) propiciar o desenvolvimento institucional, a modernização e a racionalização administrativa da Prefeitura Municipal, principalmente através:

- 1 - do desenvolvimento de programas de qualificação e profissionalização do servidor;
- 2 - da informatização e reaparelhamento dos órgãos e entidades capacitando-os a realizar, de forma integrada, o conjunto básico dos serviços de informática necessários aos órgãos;
- 3 - da aquisição de bens e equipamentos, segundo as necessidades de manutenção, investimento e custeio da máquina administrativa.

## **XII – Quanto aos Prédios Públicos Municipais:**

- a) Promover a construção, ampliação, manutenção e reforma de prédios públicos municipais.
- + furu 4



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIA

## **CAPÍTULO II** **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º - O projeto de Lei Orçamentaria que o Executivo encaminhará a Câmara Municipal será constituído de :

I - Orçamento Fiscal, compreendendo:

- a) o orçamento da administração direta;
- b) os orçamentos das autarquias;
- c) os planos de aplicação dos fundos municipais;

II - Orçamento de investimento, contendo a programação de investimento de cada área, de obras de manutenção e de equipamento e material permanente da administração municipal;

III - Tabelas explicativas e mensagem de que trata o art. 22, inciso I e II, da Lei Nº 4.320/64;

IV - Demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal, art. 142 da Lei Orgânica do Município de Ibiá e art. 2º desta Lei;

V - Objetivos e metas nos termos da seção VII da Lei Orgânica do Município de Ibiá

## **CAPÍTULO III** **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

### **SEÇÃO I** **DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 4º - São diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentaria:

- I - Garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais do Município e da propriedade;
  - II - Assegurar o crescimento econômico do Município, sustentado na promoção do bem estar social;
  - III - Preservar, proteger e recuperar o meio ambiente;
- [Handwritten signature]*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

IV – Viabilizar o processo de planejamento em consonância com a atividade de canais de participação popular;

V – Garantir a apropriação social dos benefícios gerados pelos gastos públicos;

VI – Elevar o nível de bem estar da população.

## **SEÇÃO II**

### **DAS DIRETRIZES COMUNS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE INVESTIMENTO**

Art. 5º - A Lei Orçamentária para o exercício de 1999, compreendendo o Orçamento Fiscal, resultará das propostas orçamentárias parciais de cada poder e será elaborada conforme as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental, observadas as normas da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 6º - As propostas orçamentárias parciais, a que se refere o artigo anterior, serão elaboradas a preços vigentes de junho de 1998 e apresentadas à Secretaria Municipal do Planejamento para fins de análise e compatibilização, até o dia 12 de julho de 1998.

Parágrafo Primeiro – a mensagem que encaminhar o projeto de Lei à Câmara explicitará:

- a) As hipóteses inflacionárias adotadas para os períodos de junho de 1998 a dezembro de 1999;
- b) Os critérios para estimativa das receitas do orçamento fiscal.

Parágrafo Segundo - Os valores atualizados na forma do disposto no parágrafo anterior serão, ainda, corrigidos durante a execução orçamentária, por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária anual.

Art. 7º - O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal do Planejamento, da Prefeitura Municipal, sua respectiva proposta Orçamentária, no prazo estabelecido no caput do art. 6º, para fins de análise, compatibilização e elaboração do projeto de Lei Orçamentária do Município.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

Parágrafo Único - Para cálculo dos valores de sua proposta o Poder Legislativo deverá observar o mesmo critério usado pelo Poder Executivo e as determinações desta Lei.

Art. 8º - As despesas correntes dos órgãos e entidades que integrarão o Orçamento Fiscal, a serem financiados com recursos ordinários do Tesouro Municipal, não poderão sofrer incremento real em relação à estimativa para 1999, tendo como referência a realização da despesa até junho de 1998.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo:

- I - As despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - As despesas com encargos da dívida;
- III - As despesas decorrentes de expansão patrimonial e de serviços, inclusive aquelas relativas a reforma institucional;
- IV - As despesas de investimento e custeio na saúde e educação.

Art. 9º - As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas respeitadas as disposições da Lei Complementar Nº 82, de 27 de março de 1995 e do artigo 38 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e os seguintes princípios:

- I - Observância da isonomia de vencimentos previstos no disposto na Lei Orgânica Municipal;
- II - Equilíbrio remuneratório entre os quadros.

Parágrafo Único - a concessão de quaisquer vantagens ou aumento de remuneração dos servidores até ou além dos índices inflacionários só poderá ser feita se houver recurso e dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa até o final do exercício, observadas as legislações federal e municipal.

Art. 10 - A Lei Orçamentária consignará os recursos necessários para atender as despesas decorrentes de implantação de planos de cargos e salários e de ampliação do quadro de servidores, em virtude do acréscimo de serviços ou programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental.

Hw 4



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIA

Art. 11 - As subvenções sociais só poderão constar do Orçamento Fiscal, quando destinada a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, de assistência social voltada para a educação, a saúde, ao amparo à criança e ao adolescente, ao idoso, à maternidade e ao deficiente físico, e as de proteção ao meio ambiente observadas as exigências legais em vigor.

Art. 12 - As despesas de capital serão programadas segundo as prioridades estabelecidas no art. 2º, desta Lei, observando-se ainda a consignação preferencial de recursos:

I - Para projetos já iniciados ou incluídos no orçamento anterior que expressem necessidades sociais prementes;

II - como contrapartida a recursos de fontes alternativas ao Tesouro Municipal, assegurados ou em fase de negociação.

III - Para amortização da dívida.

Parágrafo Único - não poderão ser programados projetos incluídos no orçamento anterior ou novos:

- a) Que não estejam previstos no Plano Plurianual.
- b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira;
- c) Que não representem necessidades sociais relevantes;
- d) Que vierem a ser executados a custa de anulação de dotações destinadas a projetos viáveis já iniciados, em execução ou paralisados.

Art. 13 - O Plano Municipal de Obras para 1999 deverá ser elaborado considerando-se a seguinte classificação:

I - Obras de investimento estruturantes são as relativas a novos equipamentos de infraestrutura urbana e civil inseridas no planejamento global do Município, bem como obras de elevado valor simbólico ou social.

II - Obras de investimentos não estruturantes, são as de caráter local, inseridas em programas de órgãos ou entidades específicos;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIA

III – Obras de manutenção são as que objetivam a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente, bem como as pré programadas que objetivam prevenir danos ou desgastes em equipamentos existentes ou na infra-estrutura urbana instalada, recompondo-lhe o valor depreciado ou renovando sua vida útil.

Parágrafo Único – O montante de recursos consignados na proposta orçamentária para as obras de manutenção de que trata este artigo será fixado segundo as necessidades do Município e disponibilidade de receitas ordinárias do Tesouro e transferências constitucionais.

## **SEÇÃO III**

### **DAS DIRETRIZES E METAS PARA OS PODERES DO MUNICÍPIO**

Art. 14 – A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo deverá fundamentar-se nas seguintes diretrizes gerais:

- I – Alocação eficiente dos recursos públicos;
- II – Eficiência na prestação dos serviços de responsabilidade do Município;
- III – Busca de equidade;
- IV – Universalidade na prestação de serviços públicos;
- V – Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- VI – Aumento da produtividade;
- VII – Busca de elevação do padrão de vida da população.

## **SEÇÃO IV**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

Art. 15 – O detalhamento das prioridades de investimento de interesse local, relacionadas ao orçamento participativo, será feito pelo Executivo, em conjunto com a população.

- I – O resultado da consulta popular de que trata este artigo deverá ser registrado sob a denominação de Orçamento Participativo no projeto de Lei Orçamentária.
- 11/11/94

**SEÇÃO V**  
**DO ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO**

Art. 16 – O projeto de Lei, contendo a proposta Orçamentária para o exercício de 1999, será encaminhado à Câmara até o dia 30 de setembro de 1998.

Art. 17 – As emendas ao projeto de Lei Orçamentária somente serão aprovadas quando observarem o disposto na Constituição Federal, Estadual e na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único – Além das restrições no caput deste artigo, o Projeto de Lei Orçamentária não sofrerá emendas que anulem despesas:

- I – Com projetos de obras em execução;
- II – Que figurem como contrapartida do Tesouro Municipal a recursos de outras fontes;
- III – À conta de recursos vinculados;
- IV – Relativas ao orçamento participativo.

Art. 18 – Os recursos previstos sob o título de Reservas de Contingências não poderão ser inferiores a 2,5% ( dois e meio por cento) da Receita total estimada no Orçamento Fiscal.

Art. 19 – A Lei Orçamentária conterá dispositivos que autorizem o Poder Executivo a proceder à abertura de créditos suplementares, definidos limite e base de cálculo para efeito de observância da Lei Orgânica Municipal.

Art. 20 – O Poder Executivo fica autorizado, através da Lei Orçamentária, a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, objetivando suprir eventuais deficiências de caixa, no exercício.

Art. 21 – O projeto de Lei Orçamentária deverá ser devolvido para sanção até o término da sessão legislativa ordinária correspondente ao exercício de 1998.

*Hew 4*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 22 – Para fins de adequação da legislação tributária o Executivo poderá:

- I – Proceder à revisão da base de cálculo e das hipóteses da incidência e não incidência de tributos e taxas, objetivando exercer toda a competência tributária que lhe é constitucionalmente atribuída;
- II – Reavaliar as alíquotas praticadas, objetivando estabelecer melhor distribuição da carga tributária;
- III – Reavaliar e revisar as isenções e os procedimentos de concessão de anistias e remissões, de modo a manter critérios de justiça social, sem prejuízo do tesouro Municipal.

Art. 23 – O Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de Lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ajustamentos a Leis complementares e resoluções federais, observando:

- I – Quanto ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- II – Quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos da Lei complementar Federal ou de resolução do Senado Federal;
- III – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da Lei Complementar Federal ou a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;
- IV – Quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;
- V – Quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- VI – A instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;
- VII – O aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos. Visando a sua racionalização, simplificação e agilização;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

VIII - A aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática da infração à legislação tributária;

IX - O aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a modernização e a eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24 - A Lei Orçamentária conterá dispositivos que autorizem o Executivo a:

I - Proceder à redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, quando considerada indispensável à movimentação administrativa interna de pessoa;

II - Promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita.

Art. 25- A abertura de créditos suplementares e especiais à Lei Orçamentária será regida conforme o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 26 - As autarquias e Fundos bem como o Poder Legislativo, deverão, durante a execução do exercício de 1999, encaminhar uma cópia de seu balancete mensal à Secretaria Municipal de Fazenda para compatibilização, a fim de verificar o cumprimento dos percentuais referentes a pessoal e Educação conforme determina a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 27 - Se a Lei Orçamentária não for sancionada até o final do exercício de 1998, fica autorizada, até sua sanção, a execução dos créditos orçamentários propostos no projeto de Lei Orçamentária, à razão de 1/12 (um doze avos)

*Handwritten signature*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA**


ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIA

Art. 28 – Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibiá -MG, 04 de agosto de 1998.

  
HUGO FRANÇA  
PREFEITO MUNICIPAL

  
MUCIO FRANÇA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

MENSAGEM/Of./GP/167/98.

Ibiá-MG, 04 de agosto de 1998.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Pelo presente, venho, de conformidade com o art. 49 da Lei Orgânica do Município, comunicar a Vossas Excelências o **Veto** aposto pelo Executivo Municipal, ao *projeto substitutivo*, do Legislativo Municipal, que levou o nº 014/98, que estabelece as Diretrizes para o Orçamento Fiscal do Município de Ibiá, exercício de 1999.

As razões que me levaram a apor Veto Total ao Projeto Substitutivo do Legislativo Municipal, se fundam na contrariedade aos princípios constitucionais que impedem a este Poder – Legislativo – de substituir projeto de Lei de competência originária e exclusiva do Executivo Municipal.

Como se denota da leitura da ata da reunião em que se apreciou o projeto substitutivo em apreço, pode-se observar que o projeto originário do Executivo, não foi sequer apresentado ao Plenário desta Casa de leis, para discussão e votação, momento em que, legalmente, caberiam emendas ao projeto original ao invés da substituição total do projeto, como foi feito.

*Handwritten signature*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

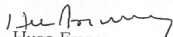
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves Nº 663 - Telefax: (034) 631-1354 - CEP 38950-000 - IBIÁ

Somente esta razão bastaria para justificar as razões do veto, tendo em vista que a mesa diretora da Câmara não observou o próprio regimento interno no que diz respeito à tramitação do projeto, quicá, os princípios constitucionais norteadores da matéria.

Face as razões expostas, ao veto, ora apostado e contando com a compreensão do Senhor Presidente e Ilustres Pares, solicito a apreciação, com a devida urgência, do projeto de lei do Executivo, em seu original encaminhado, e a devolução do Projeto de Lei Substitutivo, vetado, haja vista a incompetência do Legislativo para propor substituição de projeto de competência exclusiva do Executivo.

Cordialmente,

  
Hugo França

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

*Wellington José Silva*

M. D. Presidente da Câmara Municipal de Ibiá - MG

Nesta